

Fernando Molica

Trump mantém a tradição dos EUA

Ninguém pode se dizer surpreso com o fato de, até agora, Donald Trump não ter dado a menor bola para a redemocratização da Venezuela — os Estados Unidos costumam criar problemas apenas para ditaduras que prejudicam seus interesses.

Ao voltar atrás na acusação — sustentada por cinco anos — de que Nicolás Maduro chefiava um cartel narcoterrorista, a Casa Branca apenas repete um velho roteiro, como no caso das armas em destruição em massa atribuídas ao ditador Saddam Hussein para justificar a invasão do Iraque em 2003.

Nem as armas nem o cartel existiram, serviram apenas de pretexto para os ataques, para as mortes. Chega a ser risível que a nação mais poderosa do mundo soubesse onde estava Maduro, mas ignorasse que o tal Cartel de Los Soles é apenas o apelido usado para definir o conjunto de funcionários públicos militares e civis venezuelanos que lucram com a corrupção e com dinheiro oriundo do tráfico de drogas. É evidente que Trump já sabia disso havia muito tempo, mas sustentou a mentira para tentar justificar o ataque.

O nome do cartel que não existe é derivado da insignias presentes nos ombros dos generais venezuelanos — no lugar de estrelas, como no Brasil e na maior parte do mundo, os tais oficiais usam sóis: general de brigada carrega um sol; general em chefe, quatro sóis.

A ligação com os fardados não é gratuita: há muitas décadas e governos que eles têm um poder muito grande no país, tanto que o ex-presidente Hugo Chávez, um tenente-coronel, tratou de estruturar um sistema que concedesse mais e quase infinitas vantagens para esses servidores.

Durante o governo Maduro, oficiais superiores da ativa chegaram ao ponto de controlarem todo o sistema de distribuição de produtos consumidos

pela população. Num país onde a escassez tornara-se regra, imagine o que é ter em mãos o direito de distribuir alimentos. Foi graças a esse privilégio que as forças armadas sempre apoiaram o chavismo.

Mas voltemos à invasão: políticos de direita que soltaram foguetes para comemorar a suposta volta da democracia à Venezuela devem estar começando a achar que desperdiçaram pólvora e credibilidade.

Em suas muitas declarações desde o sequestro de Maduro e de sua mulher, Cilia Flores, Trump praticamente não falou em direitos humanos, liberdade política, eleições livres. Deixou claro que o negócio dele é o petróleo, tema predominante em suas declarações (até mesmo a história do suposto narcoterrorismo não mereceu muitas citações).

Nenhuma novidade nisso: foi para garantir seus interesses e os de suas empresas que os EUA articularam golpes de Estado no Brasil, em 1964, e no Chile, em 1973: como naquele samba de Monarco sobre a Portela, se formos em falar em intervenções norte-americanas, hoje não vamos terminar.

Um dos casos mais patéticos e graves é o do Panamá, um pedaço de terra que os Estados Unidos tiraram da Colômbia para viabilizar a construção do canal que liga o Atlântico ao Pacífico.

Nos últimos dias, Trump tem repetido que não quer perder tempo com besteiras. Disse que irá além do que previa a Doutrina Monroe (que estabelecia o domínio dos EUA sobre as Américas), explicitou quem manda por aqui é ele. É preciso reconhecer que o sujeito, neste caso, não esconde o jogo.

Piores, porém, são aqueles que brigam pela vaga de jardineiros no quintal que Trump diz ser dele. Lideranças que, na ânsia de marcarem posição contra a esquerda, insistem em ver flores no campo recheado de minas colocadas pela Casa Branca.

Tales Faria

“Somos alinhados com o Trump e ponto final”, diz líder do PL

COLUNISTA: É verdade. Mas deixa na mão quem esperava ajuda dele.

SOSTENES CAVALCANTE: Mas é correto ele se preocupar com os interesses do país dele. E deixar cada país resolver, nas eleições, seus destinos.

COLUNISTA: Então aí o senhor tem que reconhecer um erro da oposição, que se abraçou ao Trump, ao MAGA (Make America Great Again) e tarifaço sem levar em conta que ele ia se preocupar com o país dele. Acabou manchando o discurso patriótico da oposição no Brasil.

SOSTENES CAVALCANTE: Não acho. Ele tem alinhamento ideológico conosco. Temos que celebrar a eleição dele, do Jose Antonio Kast, no Chile, e Javier Milei, na Argentina. Nós nunca celebramos tarifaço. Celebramos a Lei Magnitsky contra o ministro Alexandre Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

COLUNISTA: Tudo bem que há um alinhamento ideológico. Mas ele cuidou da vida dele sem ligar para o fato de que vocês estavam a reboque. Ficar a reboque não foi um erro? Não dava para se alinhar sem ficar a reboque?

SOSTENES CAVALCANTE: Não dava. Somos alinhados e ponto final

COLUNISTA: Entendo...

SOSTENES CAVALCANTE: Só o Eduardo Bolsonaro celebrou o tarifaço. O [ex-]presidente Bolsonaro e nenhum de nós celebramos. Todos não concordamos com o tarifaço. Com exceção do Eduardo.

Fernando Valente Pimentel*

Investir para competir: o desafio inadiável da indústria brasileira

Um estudo elaborado pelo Departamento de Economia da Fiesp, divulgado em setembro de 2023 e baseado em dados da PIA/IBGE, permanece extremamente atual para se compreender o momento crítico vivido pela indústria de transformação brasileira. Suas conclusões ajudam a iluminar uma realidade conhecida do setor produtivo: o País convive há anos com um nível de investimento insuficiente para renovar seu parque industrial, sustentar ganhos de produtividade e preservar competitividade no médio e longo prazo.

Os investimentos industriais seguem próximos aos patamares observados em meados dos anos 2000 e mantêm comportamento fortemente pró-cíclico, sensível a choques macroeconômicos e a ambientes prolongados de incerteza. Além disso, houve mudança relevante em sua composição, com menor intensidade na aquisição de máquinas e equipamentos, justamente o componente que moderniza o parque produtivo, viabiliza saltos tecnológicos e sustenta ganhos estruturais de eficiência.

O dado mais preocupante é a trajetória do estoque de capital industrial, indicador que traduz a capacidade produtiva efetiva do País. Após um crescimento moderado até meados da década passada, o Brasil passou a registrar, desde 2015, um processo contínuo de retração desse estoque. Na prática, isso significa um parque industrial que envelhece, se deprecia e perde densidade tecnológica, acumulando um passivo que compromete diretamente o futuro da produtividade.

Ainda assim, é fundamental reconhecer um ponto muitas vezes ignorado no debate público: a indústria brasileira não deixou de investir. Mesmo operando com níveis de investimento inferiores aos necessários para uma renovação plena do capital, o setor segue alocando recursos, mantendo operações, modernizando processos de modo incremental e disputando mercados, dentro do nosso próprio país e no exterior, com vários concorrentes internacionais altamente subsidiados e tecnologicamente avançados.

Essa disputa ocorre em condições assimétricas. Enquanto competidores globais operam com crédito abundante, juros baixos, políticas industriais agressivas e proteção estratégica de suas cadeias produtivas, a indústria brasileira enfrenta um dos mais altos custos de capital do mundo, elevada volatilidade cambial e um ambiente de negócios ainda marcado por incertezas. Em setores como o têxtil e de confecção, por exemplo, cerca de 80% dos in-

vestimentos em máquinas e equipamentos são de origem importada, o que amplia muito o risco cambial e encarece decisões de modernização.

O próprio estudo da Fiesp evidencia que investimentos, produtividade e escala caminham juntos. Sem renovação de máquinas, digitalização de processos e incorporação de novas tecnologias, o setor manufatureiro perde competitividade de maneira quase inevitável. O hiato de produtividade é expressivo: embora o potencial da indústria brasileira permita alcançar cerca de 55% da produtividade da norte-americana (nível de 1970), o patamar efetivo permanece próximo de apenas 20%. É um reflexo direto de décadas de subinvestimento.

Para recolocar o País em uma trajetória sustentável de crescimento, o levantamento aponta a necessidade de investimentos industriais da ordem de 4,6% do PIB ao ano por um período prolongado. Hoje, esse índice gira em torno de 2,6%, nível insuficiente até mesmo para repor a depreciação natural do capital. Essa distância entre o investimento necessário e o realizado reforça a urgência de uma resposta nacional estruturada.

O custo de capital ocupa posição central nesse desafio. Nenhum empresário amplia capacidade produtiva de modo consistente convivendo com juros reais elevados por longos períodos, como os que o Brasil ainda pratica. Mesmo com a inflação em processo de convergência, as taxas reais seguem em patamar incompatível com a rentabilidade típica das atividades industriais, desestimulando decisões de longo prazo.

É verdade que houve avanços recentes, como a reforma tributária sobre o consumo, cujos efeitos vão aparecer em cerca de sete anos, a Nova Indústria Brasil (NIB), os mecanismos de depreciação acelerada e programas de estímulo à produtividade.

Cabe salientar, ainda, o empenho do BNDES e da Finep na liberação de crédito mais favorável para o setor, como a Linha Indústria 4.0, lançada recentemente, com recursos das duas instituições, de R\$ 10 bilhões e R\$ 2 bilhões, respectivamente.

São passos importantes, mas ainda insuficientes diante da magnitude do desafio. O mundo vive uma nova onda de políticas industriais, liderada por Estados Unidos, China e União Europeia, com forte foco em reindustrialização, inovação, transição energética e digitalização. O Brasil não pode dar-se ao luxo de ficar à margem desse movimento.

*Diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).